

GOVERNO E RENAMO CONTINUAM DEBATE SOBRE AJUDA ALIMENTAR

por Tomás Vieira Mário, da AIM

As delegações do Governo moçambicano e da Renamo envolvidas nas negociações de paz, em Roma, retomaram na tarde de ontem as discussões iniciadas na semana passada, com vista a alcançar um acordo que permita a realização de operações de ajuda humanitária às mais de três milhões de pessoas atingidas pela pior seca de sempre em Moçambique.

Em reunião marcada para esta tarde, as duas delegações deverão dar a sua resposta a um documento de propostas produzidas pelas organizações internacionais envolvidas nos programas de assistência de emergência, com destaque para agências especializadas das Nações Unidas.

Ontem de manhã, chegou a Roma o representante do sistema das Nações Unidas em Moçambique, Peter J. Simkin, para se juntar aos representantes das agências especializadas, que têm participado directamente nas discussões, desde a semana passada.

Simkin e Mark Ratnam, director de operações do Programa Mundial da Alimentação (PMA), mostram-se cautelosos, adiando para mais tarde quaisquer comentários relativamente ao tipo de esquemas de segurança propostos pelos dois beligerantes.

O representante da ONU expressou, contudo, alguma esperança num acordo entre o Governo e a Renamo, afirmando ter constatado vontade nesse sentido por parte dos dois lados em conflito.

Observadores em Roma e em Maputo consideram que, dadas as proporções da catástrofe, apenas uma trégua alargada poderia permitir operações de grande vulto no interior do país, particularmente na região a sul do rio Zambeze, onde a situação é descrita como «extremamente crítica».

Contudo, dizem os mesmos conservadores, a ideia teria poucas possibilidades de concretização, devido a uma manifesta relutância da Renamo em ordenar que os seus guerrilheiros ponham uma pausa nos combates.

Sugere-se, a esse respeito, uma

teoria segundo a qual uma pausa nos combates resultaria em desistências definitivas dos homens da Renamo, numa altura em que ainda não existem garantias de um rápido acordo geral de paz.

Quanto às negociações de paz propriamente ditas, as discussões prosseguem em torno das questões militares, mais precisamente na alínea relativa aos critérios a observar na formação do futuro Exército nacional.

As subdelegações militares dos dois lados reuniram-se ontem em separado com as respectivas equipas políticas para analisarem o resultado das

abordagens preliminares realizadas a semana passada.

Quer a mediação, quer os beligerantes, continuam a manter reservas quanto às questões concretas até agora avaliadas sobre a formação das futuras Forças Armadas moçambicanas, que deverão estar sob um comando conjunto, até à realização das eleições, um ano depois de concluído o cessar-fogo.

DA NOTÍCIAS

DEL 14. 7. 1992